

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REF. À SOLICITAÇÃO N.º 065/2024
DISPENSA N.º 009/2024
PROCESSO N.º 012/2024**

O Senhor RENAN MATTA MENÃO, Secretário Municipal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cândido Mota - SP, no uso de suas atribuições legais, comunica a quantos possam interessar, que se encontra aberto, pelo prazo de **03 (três) dias úteis**, o processo de "Dispensa de Licitação", do tipo "**menor preço por item**", cujo objeto é a "**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (INDIVIDUAL (EPI'S) E COLETIVO)**", especificados no termo de referência.

O presente processo obedecerá às disposições do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As informações referentes aos dados para participação constam no site http://www.saaecandidomota.com.br/?page_id=181

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 9h00 do dia 15/07/2024

LIMITE DE ENTREGA DE PROPOSTAS: Às 16h59 do dia 18/07/2024

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo, será considerado o horário oficial de Brasília – DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser encaminhadas eletronicamente, para o e-mail licitacao@saaecandidomota.com.br, (mediante confirmação de recebimento), ou protocolada(s) diretamente ao setor de compras e licitações, até o prazo limite para entrega das propostas.

DO VALOR: A proposta financeira deverá trazer os valores unitários e totais, referente aos itens, bem como o valor total proposto.

TIPO DE CONTRATAÇÃO: Menor preço unitário.

SELEÇÃO DA PROPOSTA: Caso não surja proposta mais vantajosa, poderá ser selecionado o menor orçamento apresentado na fase preparatória de estimativa de preços.

DO OBJETO: O objeto da presente dispensa é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (INDIVIDUAIS (EPI'S) e COLETIVO)**", conforme: **TERMO DE REFERÊNCIA**, contido no **ANEXO I**, que fica fazendo parte integrante deste aviso.

Compõem este Aviso, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

1. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES:

1.1. A presente Dispensa se encontra disponível no sitio oficial da autarquia do município - http://www.saaecandidomota.com.br/?page_id=181 sendo que a mesma também poderá ser solicitada pelo e-mail: licitacao@saaecandidomota.com.br.

1.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes à Dispensa deverão ser enviados ao responsável pela sua condução e operacionalização em até 1 (um) dia útil anterior à data estipulada referente ao limite de entrega das propostas, pelo e-mail licitacao@saaecandidomota.com.br; ou pelo telefone (18) 3341-9200.

1.3. Os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo, não serão recebidos.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Dispensa todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos.

2.2. Não poderão participar da presente dispensa de licitação:

2.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do certame, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.2.3.1. O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso/edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3. O impedimento de que trata o subitem “2.2.3” do item 2.2 será também aplicado a participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens “2.2.1” e “2.2.2” do item 2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. Quando o caso, o disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.

3. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

3.1. Os interessados deverão encaminhar as suas propostas no e-mail: licitacao@saaecandidomota.com.br, até a data prevista no preâmbulo deste documento, conforme as especificações constantes neste aviso. Encerrado o prazo, o SAAE de Cândido Mota escolherá dentre as propostas obtidas, a de menor preço, desde que esteja dentro do valor de mercado. A Administração se resguarda o direito de prorrogar o prazo de recebimento das propostas de acordo como julgar necessário.

3.2. As propostas deverão ser elaboradas com até duas casas decimais, ex.: 0,01. Em caso de recebimento de propostas com três ou mais casas decimais, os valores serão arredondados para cima.

3.3. Não haverá etapa de lances.

3.4. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.4.1. Encerrado o prazo para apresentação das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

3.4.2. No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério MENOR PREÇO UNITÁRIO, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos neste aviso e em seus anexos.

3.4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

3.4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

3.4.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

3.4.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

3.4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo SAAE de Cândido Mota, desde que não haja majoração do preço.

3.4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

3.4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

3.4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

3.4.8.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

3.4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

3.4.10. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos Incisos I e II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, mediante solicitação formal de cotações a fornecedores, nos termos do artigo 18, § 12, do Decreto Municipal nº 7077/2024, de 25 de janeiro de 2024.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Habilitação Jurídica:

4.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

4.1.2. Em se tratando de microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.portaldomeendedor.gov.br>.

4.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

4.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

4.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

4.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (CNPJ).

4.2.2. Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

4.2.3. Fazenda Estadual: Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa relativo ao ICMS da sede do Licitante.

4.2.4. Fazenda Municipal: Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa), da sede ou domicílio do participante vencedor.

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;

4.2.6. Certidão de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.3. Qualificação Econômico-financeira

4.3.1. Certidão negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

4.3.2. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste aviso (Súmula 50 TCE/SP).

4.3.3. Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis, ou ainda, balanço de abertura, para as empresas recentemente constituídas.

4.4. Outras comprovações e declarações:

4.4.1. Documento pessoal do responsável legal pela empresa.

4.4.2. Declaração conjunta. (ANEXO III).

5. DOS PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

5.1. Valores unitários e melhor de cada item referente ao objeto:

Item	Qtd.	Un.	Descrição	Melhor Vl. unitário	Melhor Vl. total
1	80	UN	BOTINA DE SEGURANÇA ISOLANTE ELÉTRICO TIPO BOTA CANO BAIXO, FECHAMENTO EM CADARÇO, CONFECCIONADO EM MICROFIBRA E OLARINHO EM MATERIAL TÊXTIL, FORRO A GÁSPEA EM NÃO TECIDO, FORRO LATERAL EM TECIDO, PALMILHA DE MONTAGEM EM FIBRAS ANTI-PERFORANTES COSTURADA PELO PROCESSO STROBEL, PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL, BIQUEIRA DE COMPOSITE, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL, RESISTENTE À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO E À PASSAGEM DE CORRENTE ELÉTRICA	R\$ 181,36	R\$14.508,80
2	24	UN	CARTUCHO FILTRO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS, CONTRA A INALAÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, UTILIZADO SEMPRE AOS PARES NO RESPIRADOR SEMIFACIAL, FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 13696:2010.	R\$ 15,50	R\$372,00
3	10	UN	FITA ZEBRADA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO SEM ADESIVO, RESISTENTE E DURÁVEL, USADO PARA DEMARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE ÁREAS, ISOLAMENTOS, LOCAIS QUE APRESENTAM ALGUM TIPO DE RISCO, CONTROLE DE ACESSO E TRÁFEGO DE	R\$11,31	R\$ 113,10

			PESSOAS, ESTACIONAMENTOS, OBRAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, EVENTOS, ENTRE OUTROS. ROLO DE 70MM X 200 MTS		
4	20	UN	LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL, COSTURADA COM LINHA DE NYLON, COM REFORÇO PALMAR INTERNO EM RASPA E ELÁSTICO EMBUTIDO NO DORSO, REFORÇO EXTERNO NA PALMA NA FORMA DE TIRAS ENTRE O POLEGAR E INDICADOR E ENTRE O INDICADOR E DEDO MÍNIMO, TAMANHO GRANDE	R\$15,95	R\$ 319,00
5	20	UN	LUVA DE PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA – NBR COM REVESTIMENTO INTERNO DE ALGODÃO FLOCADO – COMPRIMENTO 460 MM.	R\$ 9,90	R\$198,00
6	30	UN	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NITRILA, REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS	R\$7,90	R\$237,00
7	20	UN	ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO AMPLA-VISÃO CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE PLÁSTICO RÍGIDO NA COR BRANCA RECOBERTA INTERNAMENTE COM BORRACHA TERMOPLÁSTICA MACIA CINZA, SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE DEZOITO FENDAS, SENDO DEZ NA PARTE SUPERIOR E OITO NA PARTE INFERIOR DA ARMAÇÃO, AJUSTE ATRAVÉS DE RANTE ELÁSTICO PRETO COM REGULAGEM DE TAMANHO ENCAIXADO NAS LATERAIS DO VISOR POR MEIO DE PRESILHAS PLÁSTICAS QUE PERMITEM A MOVIMENTAÇÃO ANGULAR, VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO DISPONÍVEL NAS CORES NCOLOR, AMARELO, VERDE E CINZA. O MODELO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO.	R\$13,00	R\$ 260,00
8	40	UN	PROTETOR AUDITIVO DE SEGURANÇA, TIPO PLUG DE TRÊS FLANGES, CONFECCIONADO EM SILICONE NA COR SALMÃO ATÓXICO/ANTIALÉRGICO, COM CORDÃO, PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORAS SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15, ANEXOS I E II, CONFORME TABELA DE ATENUAÇÃO ABAIXO.	R\$ 1,50	R\$ 60,00
9	25	UN	PROTETOR SOLAR FPS60, PRODUTO NÃO OLEOSO “TOQUE SECO”, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, COM REPELENTE, PREVINE O ENVELHECIMENTO SOLAR, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, POSSUIR ALOE VERA, VITAMINA E, CONTER FILTROS MERCK OU BASF, PROTEÇÃO SOLAR UVA DE NO MÍNIMO 11 + UVB, PREVINE QUEIMADURAS SOLARES, APRESENTAÇÃO EM FRASCO LOÇÃO, COM VALIDADE DE 2 ANOS EMBALAGEM 200ML	R\$ 17,00	R\$ 425,00
TOTAL					R\$16.492,90

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A proponente vencedora deverá apresentar fatura/nota fiscal dos serviços executados, informando todos os dados de acordo com o empenho, sendo que, o SAAE de Cândido Mota efetuará o pagamento, em até **07 (sete) dias úteis** após a o recebimento definitivo dos produtos solicitados e a apresentação da nota fiscal correspondente.

6.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

6.3. O Contratante não efetuará pagamento através de cobrança bancária. Os pagamentos serão efetuados na modalidade ordem de pagamento bancária.

6.4. O SAAE se reserva no direito de compensação de eventuais débitos de qualquer natureza do contratado para com a fazenda municipal, não podendo essa compensação mensal ultrapassar 30% dos valores que o contratado tenha a receber da Contratante.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.30.28.00	Material de proteção e segurança (29) – Cod. Aplicação 110.000 Fonte de Recurso 04–Recursos Próprios Adm. Indireta – Depto. Agua
3.3.90.30.28.00	Material de proteção e segurança (41) – Cod. Aplicação 110.000 Fonte de Recurso 04–Recursos Próprios Adm. Indireta – Depto. Esgoto

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do vencedor e aceita pela Administração.

8.5. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa ganhadora, implica no reconhecimento de que:

8.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Receber os produtos, verificando se estão em conformidade com o solicitado, por meio de fiscal, formalmente nomeado para esse fim.

9.2. Comunicar imediatamente a contratada qualquer irregularidade verificada nos recebimentos.

9.3. Pagar a contratada, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos na nota de empenho ou documento equivalente.

9.4. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas.

9.5. Garantir o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste aviso, necessárias ao bom desempenho do fornecimento dos produtos, objetos desta contratação.

9.6. Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente.

9.7. Realizar inspeção por meio de fiscal, dos produtos que por ventura venham a ser substituídos no decorrer dos fornecimentos.

9.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

9.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à contratação, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.10. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da Contratação, alertando a Contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o Contratado.

9.11. Esclarecer as dúvidas e indagações da Contratada, através da fiscalização.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, incluindo no(s) preço(s) proposto(s), todas as despesas com produtos, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias ao regular fornecimento dos produtos.

10.2. Após a homologação da licitação, assinar o contrato ou documento equivalente, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado neste aviso.

10.3. Fornecer os produtos, em estrita conformidade com as disposições e especificações do termo de referência, cumprindo a proposta, bem como, as legislações e normas regulamentadoras.

10.4. Entregar os produtos nas quantidades estipuladas na requisição e na nota de empenho, responsabilizando-se exclusivamente por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas.

10.5. Comunicar ao SAAE de Cândido Mota, imediatamente, após o pedido/ordem de fornecimento, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

10.6. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, assumindo todas as obrigações de natureza fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária, incluindo os riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado à entrega do objeto.

10.7. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, comprometendo-se a reparar, corrigir, remover ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que não atendam aos padrões de qualidade, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento.

10.8. Manter, durante a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.9. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE, de qualquer anormalidade verificada durante a vigência da contratação.

10.10. Atender aos chamados do CONTRATANTE, visando sanar eventuais erros cometidos.

10.11. Acatar a fiscalização do objeto, realizada pelo fiscal indicado pela Administração, que poderá a qualquer tempo, solicitar o teste de qualidade dos produtos, às expensas da contratada.

10.12. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do objeto, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo SAAE de Cândido Mota.

10.13. A Contratada em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do respectivo plano, sempre que solicitada pela Contratante e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimentos do administrador, comunicar imediatamente, por escrito, ao SAAE de Cândido Mota, sob pena das sanções legais.

10.14. Arcar com o ônus de todas as taxas, impostos e demais obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias, devidas fora ou dentro do Brasil, incidentes sobre o fornecimento dos produtos, objeto da presente contratação.

10.15. Emitir a nota fiscal eletrônica/ fatura com o valor correspondente ao objeto fornecido.

10.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito das qualidades e quantidades dos produtos entregues.

10.17. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga inclusive as decorrentes da devolução e reposição do produto recusado por não atender as disposições do termo de referência e demais documentos que embasam a contratação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O cometimento de infração(ões) pela contratada a sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do(s) dano(s) causado(s) à Contratante (art. 156, §9º).

11.3. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas (art. 156, §7º).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O procedimento é divulgado no site do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cândido Mota e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

12.2. No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ou ainda, se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:

12.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos proponentes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão os de Brasília-DF.

12.5. Nos julgamentos das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

12.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os fornecedores assumem todas as despesas de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Cândido Mota, 12 de julho 2024.

RENAN MATTA MENÃO
Secretário Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
REF. À SOLICITAÇÃO 065/2024

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVA)**, conforme condições e exigências estabelecidas adiante:

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DOS ITENS

ITEM	QTD.	CODIGO CATMAT	UN. DE MEDIDA	DISCRIMINAÇÃO
1	80	480011	UN	Botina de segurança isolante elétrico tipo bota cano baixo, fechamento em cadarço, confeccionado em microfibra e colarinho em material têxtil, forro a gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em fibras anti-perfurantes costurada pelo processo Strobel, palmilha interna removível, biqueira de composite, solado em poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e à passagem de corrente elétrica ABNT-NBR 20345/2015 ou superior.
2	24	338176	UN	Cartucho filtro para proteção das vias respiratórias, contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos, utilizado sempre aos pares no respirador semifacial, fabricado em conformidade com a norma ABNT NBR 13698:2022 ou superior.
3	10	353764	UN	Fita zebrada confeccionada em filme de polietileno sem adesivo, resistente e durável, usado para demarcação e sinalização de áreas, isolamentos, locais que apresentam algum tipo de risco, controle de acesso e tráfego de pessoas, estacionamentos, obras, sinalização viária, eventos, entre outros. rolo de 70mm x 200 mts ABNT-NBR 9735/2004
4	20	384907	UN	Luva confeccionada em vaqueta natural, costurada com linha de nylon, com reforço palmar interno em raspa e elástico embutido no dorso, reforço externo na palma na forma de tiras entre o polegar e indicador e entre o indicador e dedo mínimo, tamanho grande. ABNT-NBR 13712/1996 ou superior.
5	20	302072	UN	Luva de proteção confeccionada em borracha nitrílica, com revestimento interno de algodão flocado – comprimento 460 mm. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior.
6	30	355687	UN	Luva de segurança confeccionada em nitrila, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior
7	20	485730	UN	Óculos de segurança modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de plástico rígido na cor branca recoberta internamente com borracha termoplástica macia cinza, sistema de ventilação indireta composto de dezoito fendas, sendo dez na parte superior e oito na parte inferior da armação, ajuste através de rante elástico preto com regulagem de tamanho encaixado nas laterais do visor por meio de presilhas plásticas que permitem a movimentação angular, visor confeccionado em policarbonato disponível nas cores ncolor, amarelo, verde e cinza. o modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. ABNT-NBR 16360/2015 – XP CEN/T5 TS16360/2021

8	40	33728	UN	Protetor auditivo de segurança, tipo plug de três flanges, confeccionado em silicone na cor salmão atóxico/antialérgico, com cordão, para proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15. ABNT-NBR 16076/2020 ou superior.
9	25	405890	UN	Protetor solar FPS60, produto não oleoso "toque seco", testado dermatologicamente, com repelente, previne o envelhecimento solar, resistente à água e ao suor, possui Aloe Vera, vitamina E, conter filtros merck ou basf, proteção solar uva de no mínimo 11 + uvb, com prevenção de queimaduras solares, frasco loção, embalagem 200ml - com validade de 2 anos. - Registro no Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os Equipamentos/Produtos deverão atender aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelas normas técnicas ABNT/NBRs, Certificado do INMETRO e Registro no Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, quando for o caso;

1.5. Os Equipamentos/Produtos deverão ter o prazo de garantia mínima de 03(três) meses.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) data de assinatura do contrato/Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O quantitativo da contratação, será para o consumo imediato e para repor o estoque mínimo necessário para 12 (doze) meses.

1.8. Os produtos adquiridos serão entregues conforme descritos no item 5 deste termo de referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O SAAE de Cândido Mota possui um número aproximado de 40 servidores, que fazem parte da área técnico-operacional.

2.2. Tais Equipamentos/Produtos são destinados à proteção individual contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Assim, são de grande importância para preservar a integridade física dos empregados lotados nos Departamentos desta Autarquia Municipal.

2.3. Conforme a Lei 6.514/77, é obrigação da empresa, fornecer aos empregados, gratuitamente, os Equipamentos e Produtos adequados aos riscos, sendo os mesmos em perfeito estado de conservação e funcionamento.

2.4. A aquisição dos equipamentos/Produtos visa atender as necessidades desta autarquia nos serviços prestados ao município, e ainda atendimento a Legislação pertinente a Segurança de Trabalho, visando a qualidade do trabalho e a proteção dos seus colaboradores

2.5. Se faz necessário adquirir uma quantidade a mais de matérias, para se ter em estoque, e suprir demandas necessárias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Para obter o resultado esperado os produtos, objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, nos termos do artigo 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A forma de acondicionamento e transporte deve preservar rigorosamente as características dos Equipamentos/Produtos, sendo realizados pela contratante.

3.5. O SAAE deverá:

3.5.1. Ter espaço físico, em local seguro para acondicionamento dos Equipamentos/Produtos recebidos, mantendo a qualidade dos mesmos.

3.5.1. disponibilizar gratuitamente todo e qualquer EPI para seus colaboradores;

3.5.2. Providenciar a reposição gratuita e imediata do EPI sempre que necessária;

3.5.3. Fornecer equipamentos de segurança em perfeito estado de uso e conservação;

3.5.4. Realizar treinamento anual com a equipe de trabalho, simulando acidentes e conduta de primeiros socorros;

3.5.5. Orientar o colaborador sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI;

3.5.6. Orientar os servidores de cada Departamento a obrigatoriedade de uso.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os Equipamentos/Produtos referentes ao objeto deste Termo de Referência, conforme descritos acima, deverão ser identificados com o nome do fabricante e o número do Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo Ministério do Trabalho, e ainda obedecer às normas Regulamentadoras,

4.1.2. As citadas normas são exemplificativas, não isentando a obrigação de observância do cumprimento da legislação/regulamentação aplicável, além das demais rotinas presentes neste documento.

4.3. Quando o caso, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,

4.4. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5. Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. Não será exigida garantia contratual.

4.6. Não é permitida, sob pena de nulidade, a subcontratação total ou parcial para a execução do Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos deverão ser entregues em parcela única, em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato/empenho;

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues e descarregados, sob sua inteira responsabilidade, no Almojarifado do SAAE de Cândido Mota/SP, localizado na Rua João Pio Barbosa, nº. 197 – Cândido Mota/SP – Cep. 19.880-013, em horário comercial, a saber: de Segunda a Sexta feira das 07h às 11h ou das 13h às 16h30.

5.1.3. A critério e necessidade do SAAE de Cândido Mota, mediante prévio aviso, a CONTRATANTE poderá alterar a data e quantidade de entrega.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.3. Os Equipamentos/Produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos descritos deste Termo de Referência.

5.2.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do SAAE de Cândido Mota/SP ao Contratado.

5.2.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.6. Decorrido o prazo substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o SAAE de Cândido Mota autorizado a contratar empresa diversa para a substituição dos produtos, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos respectivos custos.

5.2.7. A despesa referente ao transporte dos produtos substituídos será de responsabilidade do Contratado.

5.2.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão público poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, a fim de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicados pela Administração, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.2. O fiscal acompanhará o fornecimento do bem, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste termo, de modo a manter a qualidade dos produtos e assegurar aos melhores resultados para a Administração.

6.6.3. Se necessário, o fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas ao objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção, determinando prazo;

6.6.5. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência;

6.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a consecução do objeto, nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.6.7. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, a satisfação do objeto.

6.6.8. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas neste termo, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.6.10. A Contratante, indica como responsável pela fiscalização do presente contrato, o Sr. ANGELO CARVALHO DE CASTRO, Diretor de Departamento de Água, Matricul nº 1511, e o Sr. DOUGLAS ALEXANDRE ROSA, Diretor de Departamento de Esgoto, Matrícula nº 1520.

6.7. Gestor da contratação

6.7.1. Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução, no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações, para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.7.2. Acompanhará os registros realizados pelo fiscal, de todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do adimplemento no relatório de riscos eventuais.

6.7.4. Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.7.5. Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7.6. Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7.7. Deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

6.7.8. O gestor da contratação será o Sr. SILVANO PASCOTTE Chefe de Seção de Almoxarifado e Patrimônio, Matrícula nº 1553.

6.8. O fiscal e o gestor serão cientificados através de suas assinaturas neste termo de referência e na nota de empenho.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os Equipamentos/Produtos serão recebidos, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da satisfação do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária pelo IPCA-E (IBGE).

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO** (75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o contratado comprovar os requisitos, conforme segue no AVISO DE DISPENSA.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 16.817,90 (dezesesseis mil e oitocentos e dezessete reais e noventa centavos), conforme custos apostos na tabela abaixo:

ITEM	QTD.	UN. DE MEDIDA	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	80	UN	Botina de segurança isolante elétrico tipo bota cano baixo, fechamento em cadarço, confeccionado em microfibras e colarinho em material têxtil, forro a gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em fibras anti-perfurantes costurada pelo processo Strobel, palmilha interna removível, biqueira de composite, solado em poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e à passagem de corrente elétrica ABNT-NBR 20345/2015 ou superior.	R\$ 181,36	R\$ 14.508,80
2	24	UN	Cartucho filtro para proteção das vias respiratórias, contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos, utilizado sempre aos pares no respirador semifacial, fabricado em conformidade com a norma ABNT NBR 13698:2022 ou superior.	R\$ 15,50	R\$ 372,00
3	10	UN	Fita zebra confeccionada em filme de polietileno sem adesivo, resistente e durável, usado para demarcação e sinalização de áreas, isolamentos, locais que apresentam algum tipo de risco, controle de acesso e tráfego de pessoas, estacionamentos, obras, sinalização viária, eventos, entre outros. rolo de 70mm x 200 mts. ABNT-NBR 9735/2004	R\$ 11,31	R\$ 113,10
4	20	UN	Luva confeccionada em vaqueta natural, costurada com linha de nylon, com reforço palmar interno em raspa e elástico embutido no dorso, reforço externo na palma na forma de tiras entre o polegar e indicador e entre o indicador e dedo mínimo, tamanho grande. ABNT-NBR 13712/1996 ou superior.	R\$ 23,00	R\$ 460,00
5	20	UN	Luva de proteção confeccionada em borracha nitrílica, com revestimento interno de algodão flocado – comprimento 460 mm. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior.	R\$ 9,90	R\$ 198,00

6	30	UN	Luva de segurança confeccionada em nitrila, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior	R\$ 15,00	R\$ 450,00
7	20	UN	Óculos de segurança modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de plástico rígido na cor branca recoberta internamente com borracha termoplástica macia cinza, sistema de ventilação indireta composto de dezoito fendas, sendo dez na parte superior e oito na parte inferior da armação, ajuste através de rante elástico preto com regulagem de tamanho encaixado nas laterais do visor por meio de presilhas plásticas que permitem a movimentação angular, visor confeccionado em policarbonato disponível nas cores ncolor, amarelo, verde e cinza. o modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. ABNT-NBR 16360/2015 – XP CEN/T5 TS16360/2021	R\$ 13,65	R\$ 273,00
8	40	UN	Protetor auditivo de segurança, tipo plug de três flanges, confeccionado em silicone na cor salmão atóxico/antialérgico, com cordão, para proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15. ABNT-NBR 16076/2020 ou superior.	R\$ 1,70	R\$ 68,00
9	25	UN	Protetor solar FPS60, produto não oleoso “toque seco”, testado dermatologicamente, com repelente, previne o envelhecimento solar, resistente à água e ao suor, possui Aloe Vera, vitamina E, conter filtros merck ou basf, proteção solar uva de no mínimo 11 + uvb, com prevenção de queimaduras solare, frasco loção, embalagem 200ml - com validade de 2 anos. - Registro no Ministério da Saude e Ministério do Trabalho	R\$ 15,00	R\$ 375,00

9.2. O valor estimado para a contratação foi obtido através de pesquisa realizada junto a fornecedores, sob a responsabilidade do Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos deste exercício financeiro de 2024, conforme a seguir:

3.3.90.30.28.00	Material de proteção e segurança (29) – Cod. Aplicação 110.000 Fonte de Recurso 04–Recursos Próprios Adm. Indireta – Depto. Água
3.3.90.30.28.00	Material de proteção e segurança (41) – Cod. Aplicação 110.000 Fonte de Recurso 04–Recursos Próprios Adm. Indireta – Depto. Esgoto

11. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Nome: Angelo Carvalho de Castro
Matricula: 1511
Função: Diretor de Departamento de Água



Nome: Douglas Alexandre Rosa
Matricula: 1520
Função: Diretor de Departamento de Esgoto

Cândido Mota, 14 de junho de 2024.

Fiscal: Douglas Alexandre Rosa

Fiscal: Angelo Carvalho de Castro

Gestor: Silvano Rodrigues Pascotte

APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

Renan Matta Menão
Secretario do Saae

(TIMBRE DA EMPRESA)**ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA**

Em atendimento a **Solicitação 065/2024**, apresento nossa proposta de preços para **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (INDIVIDUAL (EPI'S) E COLETIVO)"**, conforme abaixo especificados:

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

ITEM	QTD.	UN. DE MEDIDA	DESCRIMINAÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	80	UN	Botina de segurança isolante elétrico tipo bota cano baixo, fechamento em cadarço, confeccionado em microfibras e colarinho em material têxtil, forro a gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em fibras anti-perfurantes costurada pelo processo Strobel, palmilha interna removível, biqueira de composite, solado em poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e à passagem de corrente elétrica ABNT-NBR 20345/2015 ou superior.			
2	24	UN	Cartucho filtro para proteção das vias respiratórias, contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos, utilizado sempre aos pares no respirador semifacial, fabricado em conformidade com a norma ABNT NBR 13698:2022 ou superior.			
3	10	UN	Fita zebrada confeccionada em filme de polietileno sem adesivo, resistente e durável, usado para demarcação e sinalização de áreas, isolamentos, locais que apresentam algum tipo de risco, controle de acesso e tráfego de pessoas, estacionamentos, obras, sinalização viária, eventos, entre outros. rolo de 70mm x 200 mts. ABNT-NBR 9735/2004			
4	20	UN	Luva confeccionada em vaqueta natural, costurada com linha de nylon, com reforço palmar interno em raspa e elástico embutido no			

			dorso, reforço externo na palma na forma de tiras entre o polegar e indicador e entre o indicador e dedo mínimo, tamanho grande. ABNT-NBR 13712/1996 ou superior.			
5	20	UN	Luva de proteção confeccionada em borracha nitrílica, com revestimento interno de algodão flocado – comprimento 460 mm. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior.			
6	30	UN	Luva de segurança confeccionada em nitrila, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. ABNT-NBR 13993/2018 ou superior			
7	20	UN	Óculos de segurança modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de plástico rígido na cor branca recoberta internamente com borracha termoplástica macia cinza, sistema de ventilação indireta composto de dezoito fendas, sendo dez na parte superior e oito na parte inferior da armação, ajuste através de rante elástico preto com regulagem de tamanho encaixado nas laterais do visor por meio de presilhas plásticas que permitem a movimentação angular, visor confeccionado em policarbonato disponível nas cores ncolor, amarelo, verde e cinza. o modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. ABNT-NBR 16360/2015 – XP CEN/T5 TS16360/2021			
8	40	UN	Protetor auditivo de segurança, tipo plug de três flanges, confeccionado em silicone na cor salmão atóxico/antialérgico, com cordão, para proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15. ABNT-NBR 16076/2020 ou superior.			
9	25	UN	Protetor solar FPS60, produto não oleoso “toque seco”, testado dermatologicamente, com repelente , previne o envelhecimento solar, resistente à água e ao suor, possuir Aloe Vera, vitamina E, conter filtros merck ou basf, proteção solar uva de no mínimo 11 + uvb, com prevenção de queimaduras solare, frasco loção, embalagem 200ml - com validade de 2 anos. - Registro no Ministerio da Saude e Ministerio do Trabalho			

VALIDADE DA PROPOSTA:

- 60 (sessenta) dias corridos, a partir de sua apresentação;

OBS: § 12. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos Incisos I e II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, mediante solicitação formal de cotações a fornecedores.

1. declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do objeto da referida contratação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do SAAE de Cândido Mota antes da abertura oficial das propostas;

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

h) Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO III DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____ inscrita no CNPJ Nº _____, estabelecida na Rua _____, Nº _____, Bairro _____, no município de _____, estado de _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____ portadora do CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem: DECLARAR, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (NÃO). DECLARAR, para fins de participação no Processo, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação. DECLARAR, para fins de participação no Processo de Contratação Direta, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas na Lei nº 14.133/21 e suas posteriores alterações. DECLARAR que não possui, nenhum grau de parentesco com o quadro de colaboradores do contratante.

Cândido Mota, ____ de _____ de 2024.

Nome:

Cargo: